

Jornal Notícias

02-11-2019

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 60963

Temática: Justiça

Dimensão: 2325 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/16/17





Mais de 120 autarcas vão ser arguidos no caso das lojas de turismo

Ministério Público admite na acusação contra ex-líder do Turismo do Porto e Norte de Portugal que investigação dos ajustes diretos vai atingir mais suspeitos

Alexandre Panda
alexandre.panda@jn.pt

OPERAÇÃO ÉTER A investigação aos ajustes diretos na instalação de lojas interativas de turismo (LIT), que deram milhões de euros a ganhar a um grupo restrito de empresas, e que já levaram à constituição de cerca de 60 autarcas do Norte do país como arguidos, vai atingir muitos mais políticos e técnicos de câmaras municipais.

De acordo com informações recolhidas pelo JN, este novo inquérito, que nasceu a partir da Operação Éter -

na qual o antigo presidente do Turismo do Porto e Norte de Portugal (TPNP) foi colocado em prisão preventiva e agora acusado, com outros 20 arguidos (ler segunda página) - deverá chegar a mais de 120 arguidos. São todos os autarcas que, além daqueles que assinaram os ajustes diretos, participaram nos júris ou tiveram intervenção nas decisões.

Numa só câmara, poderão ser visados presidentes à data das instalações das LIT, além de vices e vereadores do turismo e de obras. Os técnicos que intervieram nos processos administrati-

vos de contratação também serão visados.

O Ministério Público (MP) decidiu, na semana passada, separar processos. Num inquérito, os alegados esquemas no seio do TPNP, que deram origem à acusação agora conhecida. Noutro inquérito autónomo, os casos das empreitadas da LIT. O fundamento invocado para a separação assenta na necessidade de desenvolver a investigação envolvendo os autarcas. É no despacho de acusação da Operação Éter que o MP refere que haverá mais arguidos.

Em causa estão ajustes di-

retas que cerca de 60 autarcas fizeram nas empreitadas das LIT. Foram atribuídos pelas câmaras a empresas indicadas por Melchior - como a sociedade Tomi World, detida por José Agostinho, de Viseu, ou à firma Regocib, de Augusto Rego, de Famalicão.

PJ e MP continuam a investigar contratos à revelia das regras da contratação pública, contornando os tetos máximos admissíveis para ajustes diretos, ao fracionar os valores das obras por várias empresas dominadas pelos mesmos indivíduos. ●



Almeida Henriques

O atual presidente da Câmara de Viseu, Almeida Henriques, é arguido num processo que nasceu na Operação Éter. É suspeito de crimes de prevaricação, envolvendo negócios com o empresário José Agostinho, acusado na Éter.

Hermínio Loureiro

Hermínio Loureiro, ex-presidente da Liga Portuguesa de Futebol e ex-presidente da Câmara de Oliveira de Azeméis, é um dos autarcas arguidos na investigação das lojas.

José Artur Neves

O ex-secretário de Estado arguido no caso das golias antifumo também foi constituído arguido no inquérito das adjudicações das lojas de turismo. Isto porque foi autarca em Arouca.

ARGUIDOS

60

é o número de presidentes de Câmara e vereadores com o pelouro do Turismo que já foram constituídos arguidos na investigação as lojas interativas de turismo.

De testemunha fulcral contra Melchior a acusado

Jorge Magalhães era vice-presidente do Turismo do Norte

PECULATO Jorge Magalhães, ex-vice-presidente do Turismo do Porto e Norte de Portugal (TPNP), apontado como uma das principais testemunhas contra o então presidente, Melchior Moreira, acabou por ser acusado pelo Ministério Público (MP) por crimes de participação económica em negócio, abuso de poder, falsificação de documento e peculato.

Durante uma fase preliminar da investigação, enquanto Melchior ainda estava em liberdade, Jorge Magalhães fez um depoimento às autoridades em que confirmou várias suspeitas já existentes contra o então presidente do TPNP.

Mas a investigação continuou e de testemunha-chave passou a arguido, acusado de ter, entre outros ilícitos, falsificado documentos para receber mais dinheiro em ajudas de custo, incorrendo em crime de peculato.

DESPESA NO ANIVERSÁRIO

Na acusação constam, por exemplo, dezenas de faturas de refeições feitas em restaurantes e pagas pelo TPNP, apesar de, segundo o MP, terem sido de natureza particular. Um dos exemplos dados pelo MP refere-se ao dia de aniversário do ex-dirigente do TPNP e ex-autarca de Lousada. Foi jantar a um dos mais prestigiados restaurantes de Penafiel com mais três pessoas. A conta foi de perto de 100 euros.

Na altura, pagou do próprio bolso, mas acabou por ser reembolsado através do fundo de maneiço do TPNP, que só podia ser utilizado no pagamento de despesas urgentes, inadiáveis e sempre justificadas.

Jorge Magalhães também está acusado de peculato por ter usado o carro oficial do TPNP em deslocações pessoais. ●

Operação Éter - suspeitas de crimes em negócios do turismo

29 arguidos

dos 29 arguidos ocupavam cargos no Turismo do Porto e Norte de Portugal, aquando do início da Operação Éter (outubro de 2018). São acusados de crimes de abuso de poder, falsificação de documentos, peculato, corrupção, recebimento indevido de vantagens e participação económica em negócio

Jorge Magalhães Vice-presidente

Melchior Moreira Presidente do Turismo do Porto e Norte de Portugal

Isabel Castro Diretora Operacional

Gabriela Escobar Chefe de Divisão

Raquel Almeida Diretora

Maria Mendes Técnica

Paulo Carranço Coordenador

José Agostinho Empresário de Viseu

Manuela Couto Empresária de Comunicação

António Salvador Presidente do Sp. Braga

Júlio Mendes Ex-líder do V. Guimarães

Take Media, Produções Multimédia e Audiovisuais

WGC Branding e Communication

Sporting Clube de Braga

Vitória Sport Clube

Os mais importantes

FONTE: MINISTÉRIO PÚBLICO E POLÍCIA JUDICIÁRIA

Ministério Público reclama 650 mil euros aos acusados

Autoridades garantem que ex-líder ganhou indevidamente 129 mil euros

Alexandre Panda
alexandre.panda@jn.pt

PERDA DE VANTAGENS O Ministério Público (MP) e a Polícia Judiciária do Porto fizeram as contas e calcularam que as condutas criminosas dos 29 arguidos (21 pessoas e oito empresas) permitiram-lhes obter ilegalmente um total de 650 mil euros. Só a Melchior Moreira, o MP reclama a perda de vantagens de 129 mil euros.

O valor provém da obtenção de um BMW, das ajudas de custo indevidamente pagas, além dos outros crimes imputados ao ex-presidente

do Turismo do Porto e Norte de Portugal (TPNP).

O maior valor reclamado pelo MP reporta-se à empresária de Comunicação Manuela Couto, que também é arguida num outro processo (Operação Teia) envolvendo ajustes diretos de serviços de assessoria.

De acordo com a acusação, as diversas empresas de Manuela receberam mais de um milhão de euros do TPNP, entre 2015 e 2018. Desse valor, o MP considera que, a título pessoal, a empresária obteve ilegalmente 235 mil euros e reclama ainda às empresas

EMPREGO

Contrata amigo sem habilitações para motorista

Melchior Moreira é acusado de ter falsificado documentos para contratar como motorista um amigo que não tinha as habilitações escolares necessárias. Antes de abrir o concurso de oferta pública de emprego, Melchior avisou o amigo e prometeu-lhe o lugar. Só que a lei obrigava a que o candidato tivesse completado o Ensino Secundário, nível que o amigo não tinha. A candidatura deveria ter sido eliminada logo de início, por falta do requisito obrigatório. Mas acabou por passar na entrevista e ser ele o selecionado.

Mediana, My Press, MIT e Welcomsymbol um total de 180 mil euros.

De acordo com o MP, Melchior Moreira, Isabel Castro e Gabriela Escobar (responsáveis do TPNP) tinham um plano para entregar todos os serviços de comunicação às empresas de Manuela Couto, em detrimento da livre concorrência e das regras da contratação pública. Para poder fazer adjudicações constantes, os serviços eram faturados por sociedades diferentes. Na realidade os serviços eram prestados pelas mesmas pessoas.

Em alguns casos, como na instalação de stands em feiras de turismo, o TPNP adjudicou esse serviço a empresas de Manuela que não tinham capacidade para o fazer. Assim, a empresária "subcontratou" outra firma, também arguida, por preço inferior, lucrando diretamente valores entre 20 e 30 mil euros. O MP considera que o Turismo teve prejuízo em contratar Manuela Couto em vez de procurar diretamente uma empresa especializada em montagem de stands. ●

António Salvador e Júlio Mendes acusados

Ex-presidente do TPNP tinha plano para se candidatar à Liga

FUTEBOL Os presidentes do Sporting Clube de Braga, António Salvador, e do Vitória de Guimarães, Júlio Mendes, assim como os respetivos clubes, foram acusados pelo Ministério Público de falsificação de documentos e de corrupção, este ilícito apenas dizendo respeito ao ex-líder do emblema da Cidade Berço.

Entre 2014 e 2017, a Liga passou por momentos conturbados com liderança instável. E Melchior terá decidido usar recursos do Turismo do Norte para promover a sua imagem junto de personalidades do mundo do futebol, na tentativa de ser eleito presidente da Liga.

Melchior ordenou então a concessão de patrocínios aos Guimarães - um deles na final da Taça de Portugal de 2017. Diz a acusação que a aproximação a Júlio Mendes tinha o objetivo de garantir o apoio à candidatura para a Liga. Assim, celebrou um contrato para, naquela partida contra o Benfica, as camisolas dos jogadores ostentarem "TPNP, E.R.", a troco de 100 mil euros.

FALSO CONTRATO

Até firmar esta proposta, o Guimarães apenas tinha outra oferta de patrocínio de 50 mil euros. Mas o TPNP não podia legalmente ter contratualizado o patrocínio por aquele valor, pois, no ano anterior, já tinha firmado o mesmo contrato, por valor inferior. Por outro lado, Melchior mandou elaborar vários contratos para fracionar o pagamento.

Em relação ao Braga, Melchior mandou o Turismo patrocinar o clube em 15 mil euros num torneio de futsal em Madrid. Mas, de acordo com o MP, como o acordo só foi formalizado após o torneio, Melchior e Salvador decidiram justificar a saída do dinheiro do Turismo com um falso contrato de publicidade. ●